

TRIBUNAL EM FESTA

25 anos: STJ comemora Jubileu de Prata

Na flor da idade

O Tribunal da Cidadania foi gestado em um ambiente de inúmeros debates políticos e acadêmicos que marcaram o século XX e resultaram em uma verdadeira revolução no Judiciário a partir da promulgação da Constituição de 1988.

Mais do que desafogar o Judiciário, o Tribunal veio como forma de garantir os direitos recém-adquiridos, alguns apenas sonhados, e garantidos pela Constituição cidadã. Fruto de uma Carta Magna progressista, ele nasceu moderno dentro de uma estrutura que vinha de séculos. Trouxe em si essa característica de estar sempre na vanguarda.

Este ano, ele completa 25 anos de criação com a serenidade de quem vem cumprindo bem o seu mister de levar uma Justiça célere e eficaz ao cidadão, de bem atender ao sonho da Constituinte de aperfeiçoar a Justiça e com planos de ser ainda mais capaz de aperfeiçoar a Justiça brasileira.

Criado em um período em que a democracia no Brasil ainda dava seus primeiros passos, o STJ faz a diferença no cenário político-econômico nacional, garantindo a segurança jurídica de nossas leis.

O Jubileu de Prata do STJ vai ser comemorado como se deve: festejando o seu nascimento e o momen-

to em que ele começou a dar frutos, ou seja: a sua criação, em outubro de 1988, e sua instalação em abril do ano seguinte.

Preparativos

Para dar ao Tribunal a festa que ele merece, o presidente Felix Fischer instituiu, em 15 de maio, um grupo de trabalho responsável pela criação, sugestão e execução de eventos ou ações relacionados ao aniversário de 25 anos de criação do Tribunal.

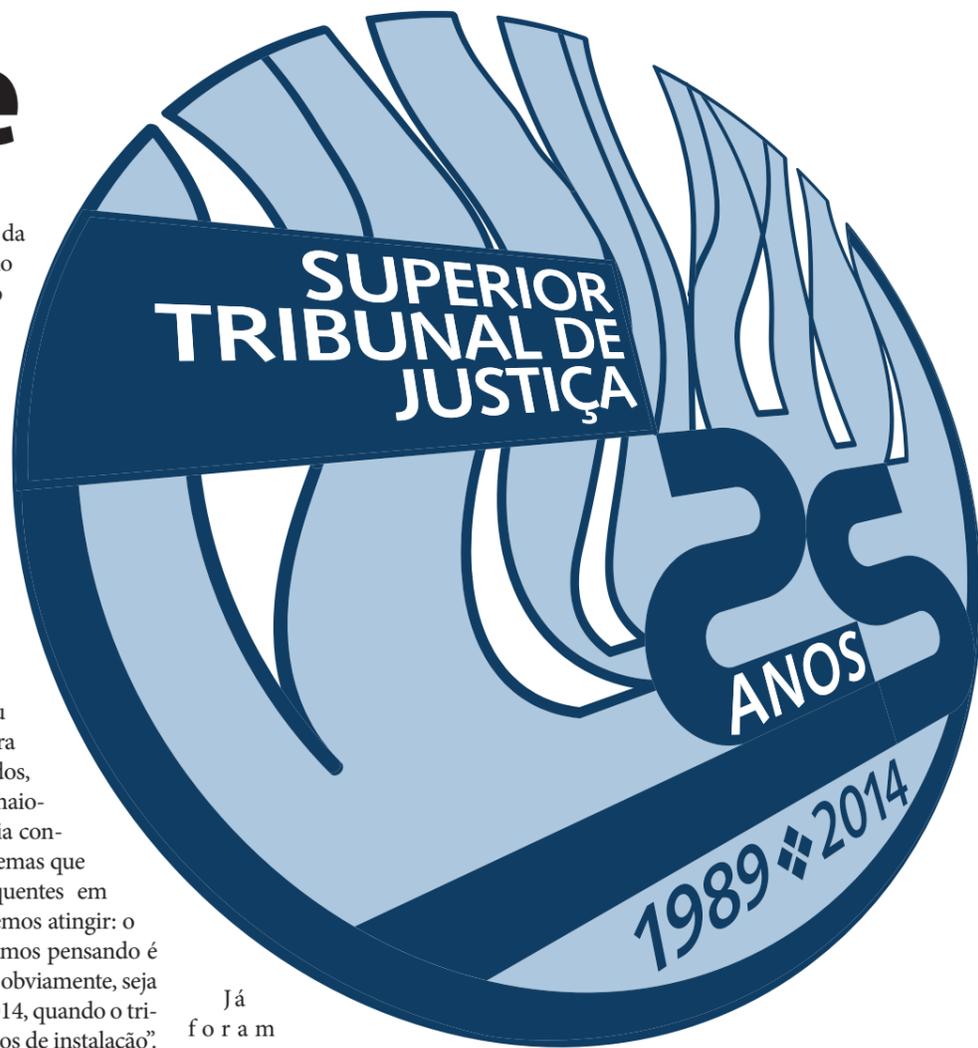
O comitê tem o diretor-geral do Tribunal, Maurício Antonio do Amaral Carvalho, como presidente, além dos secretários de Comunicação Social, Armando Cardoso, e de Documentação, Wilmar Barros de Castro; o assessor da Coordenadoria de Editoria e Imprensa Murilo Pinto; a chefe de gabinete do ministro Felix Fischer, Carla Fabiana Damm; a chefe de gabinete, Janne Willianne Aguiar Cavalcante; e a assessora, Mari Lúcia Del Fiaco, ambas da Diretoria-Geral.

As reuniões já começaram e seguem em ritmo intenso. De acordo com Maurício Carvalho, as celebrações ao longo desses meses devem traduzir a relevância do tribunal para toda a sociedade e proporcionar uma reflexão sobre o que esperar dos próximos 25 anos.

Outro integrante da Comissão, o secretário de Comunicação do STJ, Armando Cardoso, esclarece que a ideia é que sejam ações variadas.

“Nós estamos pensando numa série de realizações que vão passar por seminários, exposições, criação de medalhas, de *bottons*, atualização de um livro institucional ou convidar pessoas para debater temas variados, como cotas raciais, maioridade penal, violência contra mulher... Enfim, temas que sabemos serem eloquentes em relação a quem queremos atingir: o cidadão. E o que estamos pensando é que a nossa apoteose, obviamente, seja no dia 7 de abril de 2014, quando o tribunal completa 25 anos de instalação”.

A festa só será completa com a participação de cada um de nós, que faz, dia a dia, do STJ o Tribunal da Cidadania. É com esse intuito de festejar a data com a participação de todos que a Comissão disponibilizou o e-mail stj25anos@stj.jus.br para colher a sua opinião.



Já foram realizadas duas reuniões do grupo. Maurício Carvalho explica que todas as ideias serão apreciadas pela comissão. “Após o primeiro plano de ação desenvolvido e desenhado, nós levaremos ao presidente para que ele aprove, e, a partir daí, possamos, então, ter atividades mensais ao longo desse período, de modo a culminar numa grande festa no dia 7 de abril nos 25 anos do Tribunal”, conclui.

A festa já começou

Muitas são as iniciativas postas em prática para lembrar a data. A Secretaria de Comunicação Social já tem vários produtos e serviços alusivos ao aniversário do Tribunal, desde abril, como explica o secretário da unidade, Armando Cardoso.

“Na verdade, a gente já começou a comemorar desde que o Tribunal fez, no último dia 7 de abril, 24 anos de instalação. Já estamos veiculando na Rádio, na Televisão, no portal e nas redes sociais, em novos e nos já consagrados produtos da unidade, várias matérias relativas a essa evolução, decisões do STJ que estão vinculadas ao cidadão”, esclarece.

O *Informe-se* lança a partir desta edição uma série de reportagens que vai retratar os aspectos das diversas unidades que fazem do STJ o Tribu-

nal que a sociedade precisa e que o país merece.

Regina Celia Amaral
Editora

Arquivos para download



A Secretaria de Comunicação Social do STJ, através da equipe do Portal, manterá um *hotsite*, onde poderemos acompanhar a programação dos eventos comemorativos e acessar outras informações sobre os 25 anos do Tribunal. Nesse espaço também poderemos baixar arquivos relativos à marca criada pela Coordenadoria de Programação Visual para assinar todos os eventos relativos ao Jubileu de Prata.



Foto: Moreno

Grupo espera proporcionar a festa que todos merecem: o STJ, a sociedade e cada um de nós

NOVA MARCA

Prestes a completar 25 anos, STJ lança nova logomarca.

De cara nova

Em breve, o Superior Tribunal de Justiça terá uma nova identidade visual. Mais moderna, a nova marca foi escolhida este mês pelo Conselho de Administração (CA) e será lançada durante as comemorações pelos 25 anos do Tribunal.

A ideia de criar uma nova marca surgiu para fortalecer a comunicação institucional e unificar a identidade da Casa. Leonel Laterza, servidor da Coordenadoria de Programação Visual da Secretaria de Comunicação Social (CPRV), setor responsável pela elaboração, ressaltou a importância do projeto, uma vez que atualmente são utilizados vários elementos de imagens para definir o STJ. Alguns documentos usam o brasão, outros os dois símbolos estilizados com a espada e a balança, o que gera uma grande confusão. “Isso não é bom para a instituição. Compromete a sua unidade”, afirma Laterza. A falta de uniformidade visual causa a fragmentação da própria personalidade institucional, refletindo na imagem externa do órgão, que passa a não ter uma “assinatura” que defina as ações que patrocina e as decisões que profere.



Além disso, uma instituição com a importância do STJ precisa de uma marca que a destaque entre os outros órgãos do Judiciário. A visibilidade é fundamental para que o órgão seja reconhecido. Hoje, muitos cidadãos confundem STJ e STF, chegando a pensar que ambos são o mesmo órgão, ainda que a Corte Constitucional tenha a sua própria marca.

A Programação Visual entende que por isso é importante aumentar o nível de reconhecimento do STJ tanto pelos usuários internos, como pelos externos e pela sociedade de um modo geral. É preciso ressaltar que o Tribunal da Cidadania tem uma atuação distinta de outros órgãos do Judiciário e conscientizar a própria instituição de que a logomarca é um patrimônio importante, que representa e assina o nome STJ dentro da sociedade brasileira.

A criação

O projeto de criação de uma nova marca teve início em março de 2011. A CPRV elaborou diversos estudos técnicos e conceituais, com leituras especializadas e várias pesquisas a outras instituições do Poder Judiciário, nacionais e internacionais. Todo o estudo teórico e metodológico visava bus-

certada: a marca definida foi a mesma mais votada pelos servidores.

Reginaldo França, da Coordenadoria de Editoria e Imprensa, foi um dos servidores que votaram para eleger a marca que melhor representasse o STJ. “Foi muito bom participar da seleção da marca. Ver que a minha favorita foi a escolhida, foi melhor ainda.” Segundo Reginaldo, o simples fato de participar, dá importância ao servidor e fortalece o vínculo deste com a instituição.

A nova marca

A marca escolhida pelos ministros e pelos servidores contém os conceitos de transparência, nacionalidade e acessibilidade. Ela remete à fachada da sede do STJ e utiliza-se das cores da bandeira brasileira. Ladeada pela sigla STJ, ela também aparece com o nome do Tribunal escrito por extenso e com um destaque maior para a palavra *Superior*, o que diferencia a Casa de outras com nomes semelhantes, como Supremo Tribunal Federal e os Tribunais de Justiça estaduais.

Quando comparada a outras marcas de órgãos do Judiciário, é fácil perceber sua moder-

Foto: Luiz Antonio



Criadores e criatura: dever cumprido

car os conceitos que deveriam ser utilizados para traduzir o STJ e a como adequá-los em formas, proporções e cores.

Levando em conta que a instituição interpreta a si mesma, a CPRV propôs uma pesquisa voltada a todo o corpo funcional para que os próprios servidores dissessem que ideias deveriam estar presentes nas propostas. A pesquisa foi veiculada na intranet e alcançou mais de 700 pessoas, quase 25% da Casa. As respostas apontaram alguns conceitos que deveriam ser explorados, como acesso, inclusão social e equilíbrio.

Baseada na pesquisa sobre os conceitos, fundamentais para propostas visuais possíveis, a equipe da Programação Visual passou para a fase da criação. Foram vários meses de trabalho com muitas trocas de ideias, experimentações e debates com toda a equipe, que geraram quatro propostas distintas.

Depois de criadas as marcas, os servidores foram convocados mais uma vez para escolher as duas mais votadas, que seriam levadas para o CA. Foram mais de 1.400 votos e um empate técnico entre o segundo e terceiro colocados, o que fez com que o Conselho escolhesse entre os três projetos mais votados. A escolha não poderia ser mais

nidade. Ela é colorida e mais leve e, mesmo não fazendo uso de imagens comumente associadas à Justiça, é formal e elegante.

Utilização da marca

Depois de escolhida a nova identidade visual do STJ, algumas medidas precisam ser tomadas antes que esta seja efetivamente adotada como a marca do Tribunal. O primeiro passo é a confecção de um manual de utilização que já está sendo produzido pela CPRV. Nele, ficarão claras todas as determinações da nova marca, como tamanho mínimo, uso de cores e as possibilidades e impossibilidades do uso. A ideia é que todos os servidores da Casa tenham acesso ao manual, que virá acompanhado de arquivos da nova marca em vários formatos.

Outro passo importante para o começo da utilização da marca é a normatização desta por um documento oficial da Secretaria do Tribunal. Somente depois desse passo a nova identidade visual será efetivamente aplicada.

Cecilia Barroso
barroso@stj.jus.br

Em benefício de quem?

Corporações são forçadas a repensar formas de manter satisfeitos seus trabalhadores e a segurança de suas redes.

Foto: Leonel Laterza



Com o avanço cada vez maior da tecnologia, é preciso que as empresas ofereçam facilidades tecnológicas aos seus empregados. E é o que esses têm buscado. Percebendo que muitos dos equipamentos disponibilizados pela empresa em que trabalham não respondem de maneira eficaz ao que desejam, eles têm optado por utilizar seus próprios dispositivos eletrônicos no serviço.

Essa prática, que recebe o nome de BYOD – *Bring Your Own Device* (“traga seu próprio dispositivo”), pareceu, em princípio, uma boa notícia não só para os empregados, mas, também, para os empregadores. Afinal, o gasto com equipamentos e *softwares* (dados que são processados pelos circuitos eletrônicos do aparelho) seria poupado pelas corporações.

Uma empresa britânica de tecnologia, a British Telecom, realizou um estudo, em 2012, que comprovou que 60% dos empregados têm, hoje, permissão para conectar seus dispositivos à rede da empresa em que trabalham. O estudo estima que, durante os próximos dois anos, esse percentual aumente para 82%.

E uma entrevista realizada pela E-business Brasil (Associação Brasileira de E-business), com 200 executivos de Tecnologia de Informação (TI), trouxe dados que demonstram o crescimento da adesão do BYOD também no país: 39% dos entrevistados afirmam usar seus próprios dispositivos para trabalhar, e 28% já pretendem aderir a essa prática.

No STJ

Para a coordenadora de Taquigrafia, Adriana Araujo Martins Melo, que já conectou o e-mail empresarial há mais de um ano no seu celular, a motivação para utilizar seu dispositivo particular no Tribunal foi a possibilidade de ficar conectada ao STJ 24 horas por dia. “Isso é uma funcionalidade que considero essencial, principalmente para o cargo que exerço, pois é preciso que eu esteja a par de tudo que está acontecendo por aqui. Chego a abrir o e-mail, em casa, dez horas da noite, ou até mesmo nos finais de semana”, conta.

Contudo, com o uso dos dispositivos pessoais, torna-se difícil protegê-los contra perdas ou vazamento de informações confidenciais, controlar o tráfego efetuado, o conteúdo acessado e as configurações destes. Além do mais, documentos produzidos em equipamentos diferentes podem não ser capazes de ser acessados por todos os computadores da empresa, o que atrapalharia a produtividade desta.

O chefe da Seção de Atendimento à Área Administrativa, unidade da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação do STJ, Christian Thomsen, informa que o posicionamento da Casa é contrário ao incentivo da prática do BYOD no Tribunal: “Imagine como seria se todos trouxessem seus dispositivos e os plugassem na rede do Tribunal? Para cada equipamento, seria preciso gerenciar várias formas que tratasse da segurança desta rede”.

Essa postura segue o que está disposto na Portaria 25/2008, que proíbe o suporte de práticas semelhantes à do BYOD dentro do STJ. No entanto, o Tribunal entende que existem exceções que merecem atenção. É o caso, por exemplo, dos servidores que pedem a instalação do outlook nos seus dispositivos pessoais, com o objetivo de terem acesso ao e-mail corporativo. “Nesse caso, oferecemos o serviço, pois fica claro que a finalidade do acesso é resolver questões de trabalho”, explica Christian.

Uma boa alternativa

Pensando nas dificuldades encontradas no uso de dispositivos pessoais dentro do serviço, a prática do CYOD – *Choose Your Own Device* (“escolha seu próprio dispositivo”) tem se tornado mais atraente para as corporações. O CYOD consiste na oferta, por meio das empresas, de uma lista de dispositivos que os empregados poderão escolher utilizar. Assim, as equipes de TI terão um controle mais eficaz dos aparelhos utilizados pelos servidores.

Raquel Monteiro
rjuliana@stj.jus.br

História que molda o Tribunal

O Tribunal, prestes a completar 25 anos, já supera a cifra de quatro milhões de processos julgados e distribuídos. E tudo começou em 1989, data da instalação, com pouco mais de seis mil processos e 995 servidores distribuídos em 216 unidades.

Hoje a realidade é bem diferente. De lá pra cá, o Tribunal passou por diversas reestruturações para oferecer uma justiça mais moderna, rápida e próxima das necessidades do cidadão.

São 2.708 servidores, além de mais de 1.600 terceirizados e 537 estagiários de nível médio e superior, que juntos fazem este gigante chamado STJ funcionar. Para mostrar um pouco do funcionamento desta máquina nesses 25 anos, o *Informe-se* começa nesta edição com a primeira de uma série de reportagens que vai mostrar o que faz com que o STJ seja um referencial para o Judiciário do Brasil e do mundo: o trabalho dos diversos setores que, juntos, fazem o Tribunal alcançar um de seus objetivos estratégicos até 2014: “Oferecer serviços de qualidade”.

Mas o que isso significa na prática? Quais os serviços oferecidos e como mensurar a qualidade deles? Disso depende planejamento e objetivos estratégicos, missão, metas, relatórios, resultados e indicadores. Essas e tantas outras questões fazem parte do universo de uma unidade que existe para tornar um tribunal que já nasceu moderno em uma máquina perfeita. Essa é a Assessoria de Modernização e Gestão Estratégica (AMG).

“A AMG é o braço da administração que cuida de todos os processos, normatizações, estatísticas e relatórios do Tribunal. Ela não existe para si. Mas, sim, para conduzir todos os grandes elementos da Administração, destacando o próprio papel da gestão estratégica”, define o assessor-chefe da unidade, Olívio Fernandes Balbino.

No princípio

Tudo começou na Assessoria Especial da Presidência. As atividades de Organização e Métodos permaneceram lá até dezembro de 1995, depois passaram para a nova Assessoria Técnica de Organização e Métodos (O&M), unidade vinculada à Secretaria Geral da Presidência.

Um ano depois, foi desenvolvido um programa de Qualidade pela Subsecretaria de Desenvolvimento de Recursos Humanos. Logo em 1996, o setor passou a ser conhecido como Assessoria de Desenvolvimento Organizacional, que atuava em duas frentes: na Organização e Métodos (O&M) e na Qualidade.

Em 1998, a frente de O&M teve suas atribuições repassadas para a Assessoria Técnico-Jurídica do Diretor-Geral, onde ficou até maio de 2003, quando foi desmembrada em duas: Assessoria Jurídica e Assessoria Técnica, que incorporou as atividades de Planejamento, O&M e Qualidade.

Começa a estratégia

Ainda muito incipiente, em 1998, na presidência do ministro



Foto: Gustavo Lima

AMG: bússola que indica ao STJ caminho a seguir, diz Balbino

Pádua Ribeiro, a então Assessoria Técnico-Jurídica elaborou um documento denominado **Visão Estratégica**, que trouxe as diretrizes para as ações do Tribunal durante aquela gestão com base nos pronunciamentos do presidente. “Tendo como foco principal o desenvolvimento da área judiciária, adotou-se como metodologia a implantação do Sistema de Qualidade ISO 9000. O trabalho foi coroado com o primeiro certificado de qualidade do STJ em 2000, nas atividades de atuação, classificação e distribuição de processos originários”, discreve Ana Cláudia Faria, que está unida desde esse período.

Mais uma função

Organizar e planejar com método e qualidade. Tudo isso não era o suficiente para um Tribunal que

não parava de crescer. Então, em junho de 2004, a unidade incorporou mais uma função: levantamento estatístico judicial e administrativo. Nascia a Assessoria de Planejamento, Organização e Estatística, ligada à Diretoria-Geral.

Mas a busca por metodologias de administração modernas fez com que a unidade trouxesse novas ferramentas de trabalho. “Em 2006, já como Assessoria de Gestão Estratégica, ela elaborou o 1º Plano de Gestão do STJ, baseado no *Balanced Scorecard*, modelo de gestão estratégica voltada para resultados”, enfatiza Ana Cláudia.

Dois anos depois, foi incluído o quesito modernização. E assim nascia a atual Assessoria de Modernização e Gestão Estratégica, formada por três coordenadorias: Planejamento Estratégico, Gestão de Processos de Trabalho e Gestão

da Informação. A unidade permanece ligada à Diretoria-Geral.

Resultados

Nessa trajetória, a AMG fez a diferença na história do Tribunal da Cidadania, sistematizando o planejamento de ações com objetivos a serem atingidos e resultados a serem mensurados, sempre contando com o envolvimento de todas as unidades.

Além de garantir a qualidade em serviços específicos, certificados internacionalmente e oferecer informações estatísticas de uma forma estruturada especialmente para os gabinetes, não esquecendo de promover o mapeamento e a melhoria dos processos de trabalho organizacionais.

Outro aspecto a ser destacado se refere à efetiva participação da AMG no Processo Eletrônico. “O STJ foi o primeiro Tribunal nacional do mundo a implantar o processo judicial totalmente eletrônico, tendo vencido o Prêmio Innovare de 2009, na categoria Tribunal”, informa a assessora da unidade, Kleyce Oliveira Silva.

Kleyce esclarece, ainda, que esse projeto revolucionou totalmente o Tribunal, que conseguiu diminuir significativamente o consumo de papel, agilizar o acesso aos processos, bem como melhorar a qualidade de vida e os ambientes de trabalho.

“Um projeto estratégico acompanhado pela AMG que modificou os rumos da Justiça brasileira”, ressalta.

ADMINISTRAÇÃO

Sucesso firmado no tripé: planejamento, processos de trabalho e informações estatísticas

A estratégia é a diferença

Você se lembra do *War*? Aquele jogo de tabuleiro no qual o vencedor é quem tem a melhor estratégia para a conquista de territórios? Pois é, não é só no jogo que a estratégia faz a diferença. Em qualquer área de atuação, na busca de um objetivo, o primeiro e mais importante passo é estabelecer uma estratégia, traçar o planejamento dos objetivos, das metas, identificar oportunidades e dificuldades a fim de encontrar o melhor caminho a seguir.

A eficiência na administração pública segue o mesmo raciocínio. Para acompanhar os passos velozes do crescimento populacional e das demandas sociais que ele acarreta, é preciso estar um passo à frente.

No Superior Tribunal de Justiça, essa proatividade atende pelo nome de Assessoria de Modernização e Gestão Estratégica (AMG), que busca com as demais unidades realizar a razão de ser do Tribunal da Cidadania, ou seja, a sua missão.

Processar e julgar as matérias de sua competência originária e recursal, assegurando uniformidade na interpretação das normas infraconstitucionais e oferecendo ao jurisdicionado uma prestação de qualidade, rápida e efetiva.

A primeira jogada

Logo no início do jogo é preciso traçar a forma de atuação para alcançar a tão sonhada vitória. É exatamente esta a essência da Gestão Estratégica adotada pelo STJ e gerenciada pela AMG.

“A gestão estratégica não é um elemento da alta gestão. Ela é um elemento da estrutura do Tribunal. É fundamental que tenhamos os objetivos estratégicos, mas é preciso captar a participação de cada uma das unidades na consecução daquele objetivo. Todos remando na mesma direção. Além de predefinir os rumos, você tem como coordenar todas as unidades para

que possam contribuir para aqueles objetivos”, esclarece o assessor-chefe, Olívio Balbino.

Olívio esclarece que uma das prioridades da gestão do ministro Felix Fischer é a atenção à gestão estratégica associada ao bem-estar do servidor e a um melhor rendimento no trabalho. “As duas prioridades têm tudo haver uma com a outra. São absolutamente sincronizadas”.

Mas, quais são as ações? Os objetivos? As metas? E como medir tudo isso? Esses dados e muito mais estão definidos no Planejamento Estratégico. No caso do STJ, os planos estratégicos estão definidos para o período de 2010-2014, como afirma o assessor.

“O planejamento estratégico é um conjunto de objetivos estratégicos que foram definidos pela alta gestão. São efetivamente o norte para onde o Tribunal deve caminhar nos próximos cinco anos. As gestões perpassam pelo planejamento de sorte que os novos presidentes recebem a Casa

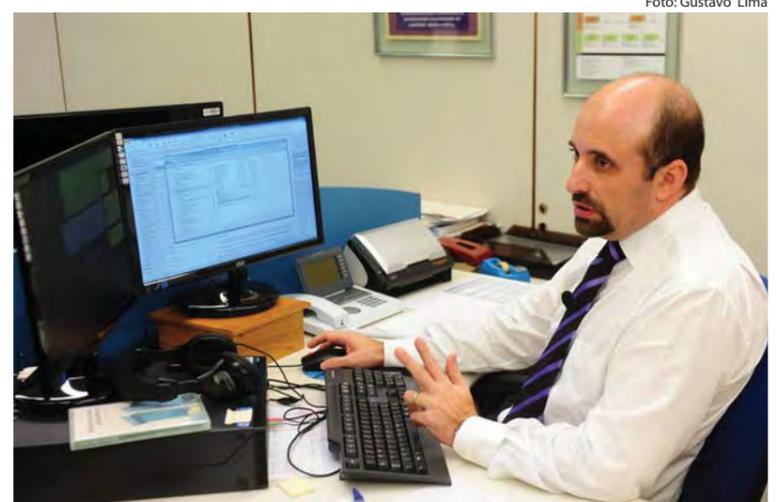


Foto: Gustavo Lima

Planejamento estratégico: os passos a cada quinquênio

com certa orientação do que fazer”, explica Balbino.

Para deixar tudo ainda mais alinhado a esses objetivos, as iniciativas que tragam inovações para o aperfeiçoamento no processo de trabalho são transformadas em Projetos Estratégicos.

“A prioridade é estabelecida

pela alta gestão do tribunal, que define aquele projeto como estratégico. A AMG assessora os projetos, mas a execução fica a cargo das áreas. O projeto é um esforço temporário que tem que ter um produto final”, explica o coordenador de Planejamento Estratégico (CPES), Marcelo Conforto.



A equipe que mapeia os objetivos da instituição

Conforme esclarece Marcelo, “no planejamento estratégico do Tribunal da Cidadania existem metas traçadas para os públicos interno e externo”. Atualmente, existem 26 projetos estratégicos: 15 em andamento, 3 suspensos, 5 concluídos e 3 cancelados.

Para o coordenador, entre os projetos concluídos pode-se destacar: a Central de Atendimento ao Cidadão (CAC), que no ano passado atendeu aproximadamente 75 mil pessoas; a Jurisprudência Temática, que organizou a pesquisa por temas; a implantação do ponto biométrico e o resumo indicativo do Thesaurus, a biblioteca de teses jurídicas.

Conheça a unidade

A Assessoria de Modernização e Gestão Estratégica dividida em três grandes coordenadorias: a de Gestão de Processos de Trabalho (CGEP), a de Gestão da Informação (CGIN) e a de Planejamento Estratégico (CPES).

A CGEP é responsável pelo levantamento estatístico das informações; a CGIN, por toda normatização e certificação de qualidade (ISO 9000) e que irá fazer o mapeamento dos macroprocessos. Já a CPES atua em três grandes áreas: governança, indicadores e gestão de projetos.

Vale a pena

Em princípio, você pode até pensar: vou ter que parar o meu trabalho para pensar em planejamento? Mas o que se deve ter em mente é que, em qualquer situação da vida, se não houver reflexão e planejamento o fracasso é líquido e certo.

“O planejamento estratégico é um ciclo. As pessoas vão ter que parar o que estão fazendo para pensar um pouquinho. Isso, em um primeiro momento, pode acarretar a sensação de mais trabalho. Mas, quando se consegue fechar o ciclo, todo mundo percebe as vantagens. Há economia

de recursos materiais e humanos”, afirma Olívio Balbino.

Para o assessor, todos percebem a mudança para um trabalho mais efetivo, ágil. E o principal, destaca, é “o desempenho, porque todos os recursos caminham para o mesmo objetivo”.

dores, de Tecnologia da Informação, de Comunicação Social, quais são essas grandes relações? Isso nós chamamos de processos de trabalho. Nós estamos mapeando esses grandes processos para que o Tribunal se conheça”, esclarece Olívio Balbino.



Tudo debaixo do guarda-chuva

Para que todos saibam o caminho a trilhar, nada melhor que orientações claras em formato que permita às pessoas visualizar e entender. Pensando assim, a Assessoria de Modernização e Gestão Estratégica desenhou todo esse planejamento numa ferramenta básica e antiga: um mapa. No caso, o mapa estratégico.

“Mapa estratégico é o principal instrumento de divulgação do Plano Estratégico. É uma visão, uma forma de sintetizar toda a gestão estratégica do Tribunal em um único caminho. Você bate o olho e enxerga que o Tribunal está andando nessa ou naquela direção”, explica Marcelo Conforto.

É dentro desse mapa que você, servidor, precisa se identificar como peça essencial. Para onde ir? Como contribuir? É aí que entra a AMG a mostrar o rumo e colocar todos na mesma direção e assim evitar o retrabalho.

“Há diversos processos que são comuns, estes são os macroprocessos que permeiam uma ou mais áreas. Nós estamos criando um grande guarda-chuva que é formado pelos macroprocessos. Qual a ligação da AMG com as secretarias Judiciária, dos Órgãos Julga-

Parceria

Para que o planejamento seja um sucesso é preciso medir se os objetivos estão sendo alcançados. Este também é um papel da AMG. Por meio de uma análise quantitativa e qualitativa.

“Nós somos responsáveis por manter a gestão estratégica funcionando. E os indicadores são os elementos-chave para isso. Dentro dos projetos, são definidas tarefas; a AMG acompanha o andamento, com o tempo de duração e o recurso utilizado. Se no decorrer do processo todo o planejado não estiver sendo feito, a gente já cobra da unidade”, explica o assessor-chefe.

Como está o STJ?

A avaliação da situação do Tribunal em relação aos objetivos estratégicos traçados é realizada por meio da Reunião de Alinhamento Estratégico (RAI) com a alta administração do Tribunal. Esse comitê pode fazer as correções necessárias aos projetos ou até mesmo determinar a sua exclusão.

A gestão estratégica enxerga no Tribunal duas grandes áreas: a judicante e a administrativa. Já foi realizado o alinhamento estratégico na Secretaria Judiciária. E a próxima será a Secretaria de Comunicação Social (SCO), que já iniciou o processo.

O amanhã começa com você

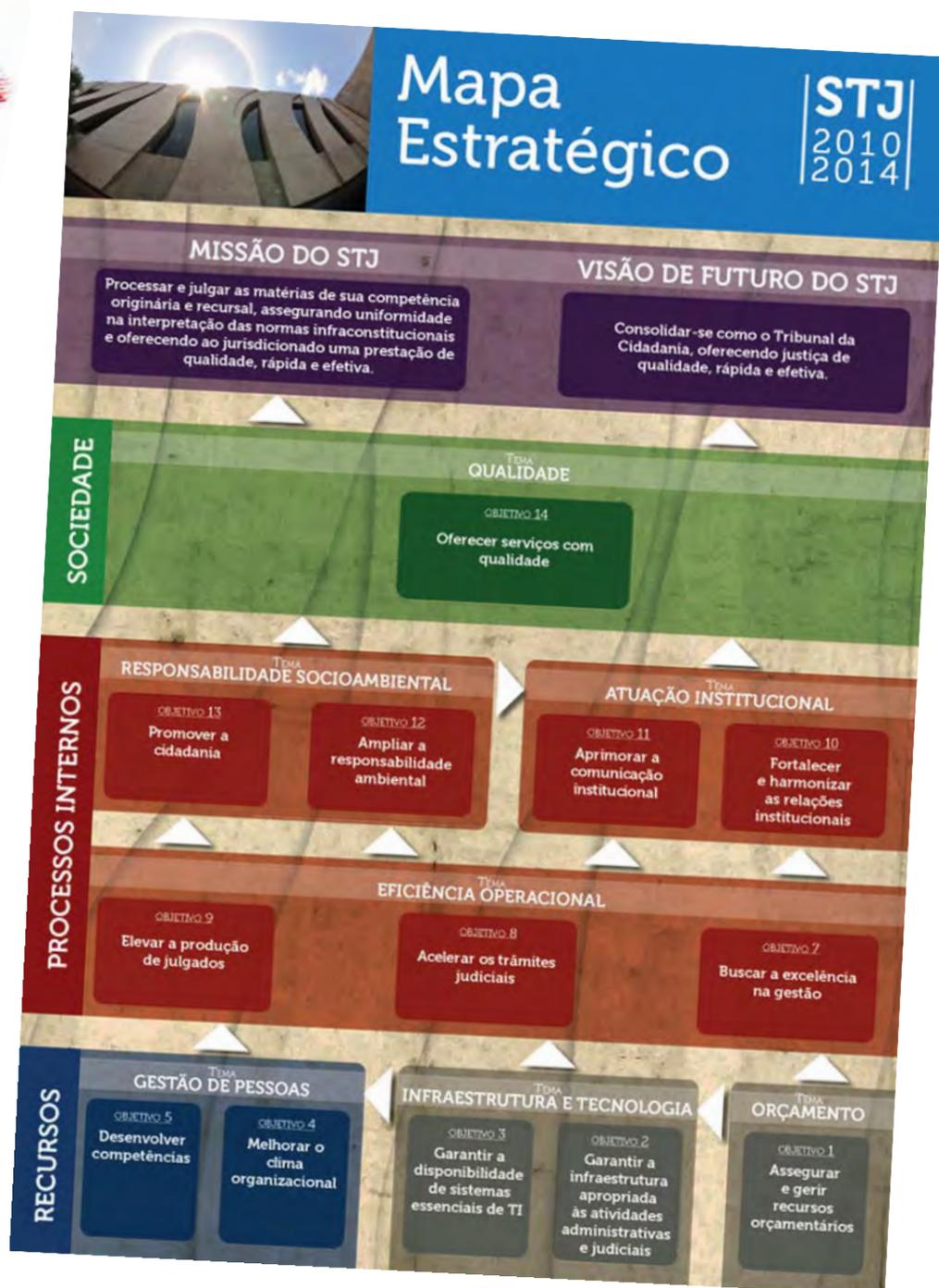
Com a finalização do Planejamento Estratégico 2010-2014, a AMG vai fechar todos os projetos até junho de 2014. A partir de outubro deste ano, a Assessoria começa a trabalhar no próximo planejamento, que engloba o período 2015-2019.

Para isso, o assessor-chefe da AMG garante que servidores e ministros serão peças ativas na elaboração desse novo planejamento.

“O Tribunal pretende implantar o conceito de governança judicial no próximo ciclo de gestão estratégica. A ideia consiste em ampliar a participação das duas pontas na construção do planejamento, da alta administração e do servidor, e não feito só no meio, pelos gestores”, esclarece.

Outra meta da AMG é firmar o seu papel proativo na área de modernização. “Não é prever o que vai acontecer; é estar à frente”, afirma Olívio. E, nessa linha, já está marcada para setembro a implementação da ferramenta BI (software de automação), inicialmente, na produção do Boletim Estatístico, para depois torná-lo disponível para todas as unidades do Tribunal.

Karla Bezerra
aredes@stj.jus.br



Resultados práticos

Entre os trabalhos desenvolvidos pela Assessoria de Modernização e Gestão Estratégica (AMG), destacam-se os Relatórios de Desempenho e de Gestão, o Boletim Estatístico, a Normatização de textos e a Gestão de Processos de Trabalho.

Raios-X do STJ

A cada trimestre, a Coordenadoria de Planejamento Estratégico em parceria com a Coordenadoria de Informações Estatísticas disponibiliza informações sobre metas e desempenho do STJ, tanto na esfera administrativa, como na judicial.

“Essas informações servem de subsídio para que a alta administração possa analisar os resultados alcançados e, se houver necessidade, aplicar ações corretivas”, explica Marcelo Conforto, coordenador de Planejamento Estratégico.

Esses relatórios funcionam como raios-X do funcionamento do STJ. São três avaliações principais. A atuação do Tribunal é medida por meio do Relatório de Desempenho do STJ. As unidades já alinhadas ao planejamento estratégico possuem o Relatório de Desempenho Setorial. Já no relatório das Metas Nacionais, são acompanhados os objetivos estabelecidos pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para todo o Judiciário e que têm impacto no STJ.

Outro produto é o Relatório de Gestão, produzido com a participação de todas as unidades do Tribunal. Cada unidade apresenta os seus resultados setoriais e a AMG vai integrando de acordo com as regras do Tribunal de Contas da União (TCU) que são publicadas a cada ano. O relatório é enviado para o TCU e para o Congresso Nacional.

Todo esse material levantado pela coordenadoria podem ser consultados no portal do STJ. Tornar essas informações públicas vai além da questão da transparência. Nós, servidores, também podemos tirar grande proveito desses relatórios. Experimente dar uma olhada nesses raios-X, identifique a sua área de atuação e reflita sobre o quanto você tem contribuído com a missão de nosso Tribunal.

Boletim Estatístico

O produto é da Coordenadoria de Gestão da Informação (CGIN) e retrata tudo o que entra no Tribunal e o que é julgado. “Isso nos dá uma noção de acervo, de tempo de julgamento dos processos e de produção dos ministros”, explica o coordenador da unidade, Néelson Ferreira Mendes da Silva.

A produção do boletim passou a ser mais rápida com a normatização feita no final de 2012, que começou a ser colocada em prática em abril. Agora os gabinetes são responsáveis pela análise e classificação, terminativamente ou não, de cada processo enviado para a CGIN.

Um trabalho que necessitava de quatro servidores passou a ser feito por apenas um, para conferência. “A gente pode colocar menos pes-

soas fazendo esse tipo de serviço, além do que a resposta é mais rápida. O grande ganho é na questão do tempo”, conta Néelson.

É nesse documento que você encontra a movimentação processual de cada ministro, a quantidade de processos que entra no STJ, por estado. Além de mostrar a quantidade de acórdãos publicados e que entram em julgamento, quais os processos destinados ao presidente e por ele julgados.

Ao final de cada ano, todos os dados acumulados servem para a confecção de um relatório que analisa a produção do STJ como um todo, não apenas o que foi feito pelos ministros.

Néelson finaliza: “O boletim mostra a vida do Tribunal, em matéria de julgamento”.

Gestão de processos de trabalho

A implementação da metodologia de Gestão de Processos de Trabalho, desenvolvida pela Coordenadoria de Gestão de Processos de Trabalho (CGPT), foi outra iniciativa que trouxe resultados muito positivos.

O nível de excelência no serviço prestado aumentou consideravelmente depois que os

processos passaram a ser mapeados e constantemente melhorados, garante o coordenador da unidade, José Valter Arcanjo da Ponte.

Com a criação da CGPT, em 2006, foi possível realizar os estudos de reestruturação orgânica do Tribunal e a normatização de textos de acordo com as normas e técnicas legislativas.

A CGPT também tem ajudado a consolidar uma cultura de processos de trabalho no tribunal. “Prova disso, foi a obtenção de certificações de qualidade ISO 9000, um marco na gestão da qualidade do Tribunal”, afirma o coordenador.

A Gestão de Processos é uma metodologia que permite agilizar o andamento das tarefas, evitar retrabalhos e otimizar o uso dos recursos disponíveis. Facilita a vida de servidores e magistrados, mas o benefício maior é, sem dúvida, da sociedade.

Para os próximos anos, segundo José Valter, “a intenção é implantar a Gestão do Conhecimento Organizacional no STJ, elaborar o mapeamento dos macroprocessos de trabalho do Tribunal e consolidar a cultura de processo de trabalho”.

Danielle Lombardi
danielle.lombardi@stj.jus.br



Elizabete abriu a casa e o coração para Ana Carolina, que conquistou toda a família

ADOÇÃO

Ato de amor que vira ato jurídico

Luz, câmera... Adoção

Quando o assunto é adoção, vem à tona uma série de receios para os futuros pais adotivos, que, entre muitos questionamentos, indagam: o que será que essa criança vai representar na minha vida? A resposta para se alcançar um resultado positivo nessa empreitada pode se resumir em algumas palavras ou atitudes simples: paciência, compreensão, respeito, carinho e, é claro, muito amor. A simplicidade está em perceber que essas características, tão intrínsecas ao ser humano, só precisam ser cultivadas, cuidadosamente, a cada dia.

Adotar é oferecer aos filhos sem pais uma esperança de crescer em um ambiente familiar saudável, é aumentar uma família e amar alguém independente de ela ter ou não o mesmo sangue que o seu.

Tristes realidades afastam as crianças de um lar estruturado. A maioria das que são adotadas foram abandonadas, separadas das famílias por situações de violência ou incapacidade dos pais biológicos de cuidar das suas vidas.

Histórias no STJ

Ana Carolina. Este é o nome escolhido pela família de Elizabete Souza Dantas, para batizar a pequena de apenas um aninho, que chegava, em 2001, à casa da servidora da Coordenadoria de Memória e Cultura. “Sempre quis ter uma filha. Meus dois filhos biológicos, todos homens, já estavam com dez e 12 anos quando adotamos a Carol.” Elizabete conta que nunca sentiu medo de seguir em frente, em momento algum, na hora de concretizar a adoção. E assim foi feito. Elizabete conta

que, ao completar cinco anos de idade, Ana Carolina perguntou se tinha saído de sua barriga. “Levei um susto, mas achei que seria uma boa oportunidade de contar a ela, pois a psicóloga já havia me preparado que seria mais ou menos nessa idade que ela iria perguntar.” Com Ana Carolina fazendo parte da família, Bete conta que todos em casa se tornaram muito melhores. “Ela trouxe tanta luz e felicidade para o nosso lar, que todos os dias agradecemos a Deus por nos tê-la enviado. Ela é maravilhosa, e sentimos um amor incondicional. Meus filhos simplesmente a amam e fazem tudo por ela. Para mim, filho é filho, adotado ou não, é tudo igual, o amor não pode ser diferente, e o que sinto por Carol é exatamente idêntico ao que sinto por meus filhos”, conclui.

No Brasil, enquanto não são adotadas, crianças e adolescentes passam a viver em instituições supervisionadas pelo governo, e tudo o que precisam é de pessoas dispostas a dividir seu amor com eles. Cristiana Moreira Pinheiro Lima é uma dessas pessoas. Emocionada, a servidora da Coordenadoria da Sexta Turma revela como a chegada de Jean, em 2009, com 12 anos de idade, mudou sua vida para melhor. Quando Cristiana conheceu Jean, ele estava acolhido por um projeto social do Governo do Distrito Federal. Com o passar do tempo e a convivência mais próxima com o menino, a servidora amadureceu a ideia de adotá-lo. “Tenho três filhas biológicas e não pensava em adotar uma criança. Foi uma realidade totalmente diferente para mim. Então conversei com as meninas em casa e todo mundo concordou. Jean passou

por situações duras na vida, mas a gente quando adota tem que pensar no ser integral, e, quando você se dispõe a amar, as coisas vão acontecendo. Ele faz bem à gente e a gente a ele”, celebra a servidora. Após cinco anos na família, Cristiana afirma emocionada: “Ele é meu filho, é brincalhão e temos uma convivência ótima. Uma vez ele disse a uma professora sobre mim: tia, eu sem minha mãe não ia ser nada”, sorri a servidora.

A funcionária terceirizada Girlene Rodrigues de Araújo, conhecida por todos no STJ como Lena, é outro exemplo de que o amor doado ao filho adotivo não difere do biológico. Lena já era mãe de uma menina e adotou Felipe quando ele ainda era um bebê recém-nascido. “Meu sonho era ter um casal, mas eu não podia ter mais filhos porque tive um problema no parto da minha menina. Então, o Felipe veio como um presente de Deus na minha vida”. Para Lena, a recepção do menino em sua casa não foi um problema, ao contrário, ele foi muito bem recebido por todos, inclusive por sua filha biológica, com oito anos à época. “Foi uma festa, todo mundo em casa ficou muito feliz. Até hoje, Felipe e Eliane são bons irmãos, muito apegados”, conta Lena.

Revelar para o filho que ele não havia nascido de sua barriga não foi um problema para Lena. “Quando Felipe tinha sete anos, conversei com ele, com muito carinho, e disse que não havia nascido da minha barriga, como a irmã dele, mas que era filho do coração, ele entendeu. Criei Felipe como criei minha filha biológica, com o mesmo amor. Para mim, não tem diferença, é como se ele tivesse saído de dentro de mim”, conclui Lena. A amizade e o laço afetivo foram reforçados em pouco tempo e Lena conta que passou a ter um companheiro para todas as horas. “Posso dizer que ter o Felipe, hoje, é melhor do que ganhar na loteria”, celebra.

Na telinha

No mês que se celebra a adoção, o STJ preparou um vídeo para que os servidores da Casa falassem de suas experiências e as compartilhassem com os colegas. O vídeo de circulação interna é uma produção da Coordenadoria de TV do Tribunal, em parceria com o Programa de Responsabilidade Socioambiental.

“O STJ está sempre atento ao calendário de datas da área socioambiental e busca realizar ações solidárias, de conscientização, inclusão social, entre outras. Como no dia 25 de maio comemora-se o Dia Nacional da Adoção, pensamos em fazer algo diferente para marcar a data, algo especial que chamasse a atenção das pessoas para a importância da adoção”, explica a servidora do Socioambiental, Carolina Lima.

Para o Socioambiental, o objetivo primordial da produção é sensibilizar as pessoas. “A adoção é um ato de solidariedade e de amor e muito importante para a sociedade. O ato de adotar uma criança ou um adolescente passa a ser um



Foto: Luiz Antonio

Escolha rara: Cristiana adotou um menino com doze anos. União e felicidade completas, conta

instrumento de mudança na vida das pessoas envolvidas no processo. A vida dos adotantes e dos adotados muda completamente com a adoção, e para melhor. É claro que existem situações diferentes de adoção: alguns adotam porque não podem ter filhos, outros que já têm filhos também adotam, mas, em todas elas, adotar é um ato de amor”, complementa Carolina.

Marcas de sucesso

No Brasil, o ator e diretor Marcos Paulo, (1951-2012), não foi criado por seus pais biológicos. Ele perdeu sua mãe durante o parto e não conheceu seu pai. Foi adotado pelo também ator e diretor, além de autor, Vicente Sesso e foi com ele que Marcos teve contato com o meio televisivo, construindo uma carreira bem-sucedida, em 40 anos de vida. Marcos Paulo primeiro se destacou como galã de novelas. Posteriormente, passou a se dedicar à direção, tendo dirigido novelas de sucesso, como *Roque Santeiro*. Em 2011, estreou como cineasta com o filme *Assalto ao Banco Central*.

Fora do Brasil, outra história de sucesso impressionou o mundo. Filho de mãe americana e pai sírio, Steve Jobs (1955-2011), fundador da Apple, maior empresa de tecnologia do mundo, foi pai de produtos como o computador pessoal e mais recentemente o iPhone e o iPad. Também se envolveu com filmes de animação (foi diretor executivo da empresa de animação por computação gráfica Pixar e acionista individual máximo da Disney), além de música e publicação digital. Jobs foi entregue para adoção assim que nasceu, em 1955. Seus avós biológicos não admitiam que sua filha se casasse com um imigrante muçulmano. Seus pais adotivos, Paul e Clara Jobs, incentivam a paixão do filho por tecnologia.

Há histórias de adoção, cujos laços afetivos são capazes de vencer duras batalhas humanas. Um dos casos mais recentes é o da atriz

Drica Moraes, que encontrou no filho adotivo a força para lutar, em 2009, contra a leucemia mieloide aguda (LMA), um câncer que afeta as células da medula óssea. Na época, ela declarou que o mais pensava era em viver para criar seu filho Matheus e vê-lo crescer. A atriz considera que a maior lição que esse filho tem lhe ensinado é a de ser verdadeira. “Desde que começou a falar, ele me perguntava de onde veio. Uso uma linguagem que ele entenda, mas sempre fale-

selho Nacional de Justiça (CNJ), existem milhares de crianças e adolescentes em condições de serem adotados em todo o Brasil. Só no Distrito Federal (DF), atualmente, há 93. A jurisdição é da Vara da Infância e da Juventude no DF (telefone: 61 3348-6600). O CNA é uma ferramenta, segundo o órgão, criada para auxiliar juizes das varas da infância e da juventude na condução dos procedimentos de adoção e objetiva agilizar os processos de adoção por meio do



Foto: Moreno

Filho do coração completou o sonho de Lena

da adoção”. Para a atriz, adoção não é mais um mistério. “Quando se adota, o filho passa a ser seu. Eu era uma mãe que precisava de um filho e o Mateus um filho que precisava de mãe. Tão simples!”, disse Drica Moraes aos quatro cantos do mundo, à época, que rejeita o termo “adotivo”.

Lista de espera

Segundo dados do Cadastro Nacional de Adoção (CNA), lançado em 2008 e mantido pelo Con-

mapeamento de informações unificadas.

A quem procurar

A Vara da Infância e da Juventude (VIJ) do DF mantém um cadastro de crianças e adolescentes em condições de serem adotados e outro de pessoas habilitadas para adotar. Assim, segundo o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT), a Justiça “realiza um trabalho de mediação entre as crianças ou adolescentes que

precisam de família e as famílias que se disponibilizam a adotá-los. A VIJ também atende as famílias de origem dessas crianças ou adolescentes”.

Os adotantes devem procurar assistência jurídica particular ou pública (Defensorias) para peticionar sua habilitação junto à Justiça da Infância e Juventude. A íntegra dos requisitos podem ser encontrados no www.tjdft.jus.br/cidadãos/infancia-e-juventude/informacoes/adocao.

Auxílio gratuito

O Núcleo da Infância e da Juventude da Defensoria Pública do DF presta assistência jurídica aos que querem adotar, independentemente da renda. Telefone para contato: (61) 3349-5000, 3103-3211 e 3103-3393. Para mais informações: juventude@defensoria.df.gov.br e Portal: www.defensoria.df.gov.br.

Legislação

De acordo com o dicionário Aurélio, a palavra adotar significa “tomar, assumir, aceitar, usar, resolver, seguir, receber como filho, perfiar, associar ao governo”. Mas para o ordenamento jurídico brasileiro adotar significa acolher, mediante processo legal e por vontade própria, como filho legítimo, uma pessoa desamparada pelos pais biológicos.

Recentemente, a Lei 12.010/09 passou a disciplinar o processo de adoção no Brasil. Essa lei visa facilitar o acesso para quem quer ado-

tar e reduzir o número de crianças sem famílias. Essa lei regulamenta que a pessoa interessada em se habilitar para adoção deve ser maior de 18 anos e pelo menos 16 anos mais velha que a criança ou jovem a ser adotado. Além disso, é preciso que o adotante se proponha a passar por uma avaliação da Justiça para provar que pode dar educação, um lar e toda a assistência necessária.

Márcia Romão
romao@stj.jus.br

A hora e a vez do Brasil

Foto: sportsmarket.org.br



194 milhões de técnicos brasileiros preparam o coração para o evento do ano

A poucos dias da abertura da Copa das Confederações, os torcedores vibram. O torneio, que antecede a Copa Mundial, será uma espécie de “aquecimento” para os brasileiros, que aguardam ansiosamente pelo evento. E que a verdade seja dita: amantes de futebol ou não, na época da Copa, o patriotismo fala mais alto e todo brasileiro acaba entrando no clima.

Por dentro do torneio

Apesar da grande expectativa, muitos brasileiros não conhecem a história da Copa das Confederações. Uma pesquisa feita em fevereiro pela Hello Research, agência de pesquisa e inteligência de mercado, levou em conta mil brasileiros. Deles, 72% responderam que não sabem o que é o campeonato. Entre os outros 28% que afirmaram saber sobre o assunto, apenas 53% responderam corretamente a melhor definição para o torneio.

Gislene Fernandes Jacinto, assessora do ministro Og Fernandes, estará presente no jogo de abertura e confessa que também não sabe a história da Copa das Confederações. “Na verdade, estou indo mais pelo meu noivo, que é apaixonado por futebol”, comenta ela.

Já Sidney Amorim dos Santos, lotado no gabinete do ministro Benedito Gonçalves, provou que sabe sobre o evento: “É um torneio preparatório para a Copa do Mundo, em que as instalações e a segurança do país sede são testadas”.

Mas e você, o que sabe sobre o torneio? Anote aí: a Copa das Confederações é um campeonato organizado pela Federação Internacional de Futebol (FIFA) em que oito países competem entre si. Seis lugares são ocupados por seleções campeãs dos torneios continentais (Copa América, Copa das Nações da África, Copa da

Ásia, Copa da Oceania, Copa Ouro da CONCACAF e Eurocopa), os outros dois pelo país sede e pelo último campeão mundial.

Preparação

O Brasil recebe o evento pela primeira vez e vem se preparando desde 2010. Belo Horizonte, Brasília, Fortaleza, Recife, Rio de Janeiro e Salvador acolhem os jogos.

Para alegria de muitos, a cidade escolhida para abrir o torneio foi Brasília. Renovado e rico em termos de arquitetura, o Estádio Nacional Mané Garrincha faz jus à capital. Segundo a FIFA, tem capacidade para 70.064 espectadores e será o segundo do país. A final será no Rio de Janeiro no dia 30.

Conforme o Senado, o preço total gasto com reformas e construções nos sete estádios que sediam a Copa chegou a R\$ 7 bilhões. Um investimento e tanto!

A expectativa de Gislene é grande: “Espero que a vinda da Copa das Confederações traga melhorias para a cidade e para sua infraestrutura. Enfim, que seja um evento que traga orgulho para nossa cidade e para o país.”

Mais que um espectador

Se para muitos a oportunidade de assistir ao evento já é um sonho, imagina participar da cerimônia de dentro do campo? A oportunidade foi dada pela FIFA a voluntários que se inscreveram no processo de triagem. Nas audições da capital, foram selecionados 2.938 para dançar. O requisito era apenas ser maior de idade, ter bom condicionamento físico, alegria, bom-humor e vontade de fazer parte desse momento especial.

A chefe da Seção de Apoio aos Advogados, Márcia Moema de Car-

valho, está nessa escalação. “Claro que estarei lá no dia do jogo, porém não nas arquibancadas... Estarei em campo!” A animação não será só no dia do evento, mas a cada ensaio: “Estou me divertindo muito, conhecendo novas pessoas e vivendo grandes emoções. Quero poder mostrar como os brasilienses de nascimento e de coração são pessoas dedicadas, trabalhadoras e colaborativas”. A servidora, porém, não pode revelar detalhes do espetáculo. “O segredo é a alma de todo negócio. E, sendo a direção artística do carnavalesco campeão do Rio de Janeiro, Paulo Barros, vocês podem imaginar como a festa será bonita e criativa”, afirma.

Brasil il il...

Pela sétima vez, o Brasil luta pelo título de campeão da Copa das Confederações. Sendo o único país tricampeão, será a vez do tetra?

Uma curiosidade da história do Brasil no torneio é que, das três vezes que o Brasil ganhou a Copa das Confederações, em nenhuma ele conseguiu levar a taça mundial. Há quem, por superstição, prefira nem torcer pela vitória, temendo que o caso se repita. Gislene não é uma delas; ela aposta no potencial do Brasil: “Espero que a seleção quebre paradigmas e ganhe tanto a Copa das Confederações quanto a Mundial”. Sidney também é otimista “Não sou preso a superstições. Tabus existem para serem quebrados!

Se ele nunca ganhou, quem sabe essa é a vez?” Para Márcia, “o Brasil ganhar ou perder não tem a menor importância. O que vou lembrar pra sempre é de ter participado, de dentro do campo”.

Ariane Petry
silvaaps@stj.jus.br

Testado e aprovado

Palco do primeiro jogo, estádio lota no teste

Se a Copa das Confederações é a prova de fogo, o *test drive* em Brasília foi o jogo entre Flamengo e Santos pelo Campeonato Brasileiro deste ano. Brasilienses – naturais e do coração (adotados e adotantes) – tingiram a cidade de vermelho e preto e preto e branco e proporcionaram um show à parte: lotaram as pistas andando... a pé. Isso mesmo.

A cidade, conhecida por ter um fenômeno raro, em que os cidadãos se preocupam mais em comprar carro do que casa própria, viu seus filhos caminhando em direção ao Estádio Nacional de Brasília e depois de volta a seus meios de transporte... Calmamente. Em paz consigo e com os outros. Espetáculo tão bonito de se ver como o céu da cidade, que brindou os torcedores com tons de laranja e rosa a matizar a tarde.

Quem foi ao jogo viu Brasília passar no teste. Trânsito tranquilo, ruas bem sinalizadas e fiscalizadas. Lentidão na saída, mas sem muitos transtornos. Um ou outro “baculejo” da polícia em torcedores mais afoitos. Passou com louvor nessa matéria, mas ficou de recuperação na venda dos ingressos. Caos generalizado, filas imensas, desorganização. Na entrada do jogo o *déjà-vu*. Esse é um gargalo que tem que ser resolvido logo.

Em campo, um zero a zero com emoção. A proporcionada pela despedida do menino Neymar, que segue o caminho de vários craques brasileiros e vai brilhar no futebol europeu. Emoção de quem deixa o berço, o clube que o criou e o país pra mostrar sua arte e aprender em um clube considerado o mais profissional de todos os clubes profissionais: o Barcelona.

Quem foi gostou de todos os três espetáculos. Nelson e Raphael Santos – que também estarão no jogo de estreia da Copa das Confederações em Brasília e na final no Rio – estão entre eles. Eles ainda foram brindados com um presente inesperado: pai e filho ostentavam na camisa do Flamengo os autógrafos de Adílio e Rondinelli obtidos em uma galeteria que tiveram a sorte de escolher para almoçar. Os craques rubro-negros, que fazem parte do passado de glória do time carioca, estavam em um campeonato de futebol *society* organizado por uma torcida organizada na cidade.

O zero a zero nem foi tão doído assim para Raphael. Depois do prêmio estampado em sua camisa, podia até ver o time do coração perder de dez a zero, brincou. O pai, servidor do STJ lotado na STI, não concordou: pra perder de tanto, só se tivessem encontrado o Zico também. Bom, aí não sobraria coração para esperar a Copa!

Regina Celia Amaral
reginac@stj.jus.br

Foto: acervo pessoal



Encontro foi melhor do que ganhar o jogo, diz Raphael

Informe-se • Jornal de Comunicação Interna do Superior Tribunal de Justiça (STJ)

Presidente: ministro Felix Fischer • **Diretor-geral:** Maurício Antonio do Amaral Carvalho • **Secretário de Comunicação Social:** Armando Cardoso • **Coordenadora de Editoria e Imprensa:** Regina Célia Amaral • **Editores do Informe-se:** Regina Célia Amaral • **Chefe de Reportagem:** Cristine Genú • **Pauteiras:** Márcia Romão e Karla Bezerra • **Diagramação:** Leonel Laterza e Taís Villela/CPRV • **Impressão:** Gráfica do CJF • **Tiragem:** 3 mil exemplares • **Contatos:** (61) 3319-8408 / informe-se@stj.jus.br